



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2024

PROCESSO ADM Nº 23057.000076.2023-80

ÁGIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 26.427.482/0001-54, neste ato, representada pelos abaixo assinados, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** ante à **DESCCLASSIFICAÇÃO** da presente empresa conforme as razões que passa aduzir:

I. DA SÍNTESE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A Recorrente participou de processo licitatório deflagrado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE em 28/06/2024, cujo objeto é a Contratação de serviços de manutenção predial, copa e cozinha e outros serviços, com fornecimento de uniformes com periodicidade estabelecida e de outros insumos sob demanda, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

II. DAS RAZÕES DO RECURSO

Foi apresentada proposta por esta Recorrente, entretanto, o senhor Pregoeiro entendeu existir irregularidades que constam na documentação apresentada pela Recorrente.



Não conseguiu comprovar de forma satisfatória a exequibilidade de sua proposta, apesar de ter sido solicitada para tal comprovação por 3 vezes. A documentação apresentada pela licitante foi insuficiente para comprovar a exequibilidade dos valores dos Uniformes, EPIs e grupos de insumos sob demanda.

O Exímio Pregoeiro entendeu, por desclassificar a Recorrente diante a mesma não ter comprovado de forma suficiente a exequibilidade dos valores dos uniformes, EPIs e grupos de insumos sob demanda.

Todavia, tal decisão dever ser reformada, conforme será comprovado adiante.

III.1 - DA INEXISTÊNCIA DA BASE LEGAL PARA PROVISÕES MÍNIMAS DE UNIFORMES, INSUMOS E EPIS

Importante relatar que, a planilha de custos foi apresentada de maneiras conduzem-te com a proposta do certame e, frisar que a alegação da não inclusão de custos como uniformes que demonstre exequibilidade, não existe base legal para provisões mínimas.

Cada empresa opera dentro de uma realidade própria, com estratégias específicas e condições de negociação que variam. Nossa empresa, que é bem estabelecida e respeitada no mercado, conta com documentos financeiros minuciosamente analisados pela Administração Pública, comprovando nossa solidez e capacidade para cumprir todas as obrigações contratuais.

O custo dos uniformes e equipamentos de proteção individual é um custo variável e assim como outras rubricas, depende da estrutura organizacional e dos custos de cada empresa, logo o valor orçado está de acordo com a realidade da empresa.

A Lei de Licitações 14.133, em seu artigo 5º, estabelece que a contratação pública deve observar diversos princípios, entre eles o da economicidade e da eficiência.

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do



interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

Esses princípios podem justificar a necessidade de definir provisões mínimas para uniformes, insumos e EPIs, de forma a garantir a segurança dos trabalhadores e a continuidade dos serviços.

Ainda, as normas legais permitem que uma empresa renuncie aos materiais e instalações de sua propriedade, desde que isso não comprometa a execução contratual e os requisitos de segurança e saúde dos trabalhadores.

Essa renúncia, porém, deve ser claramente especificada no contrato e estar em conformidade com as exigências legais e regulamentares.

Para reforçar a argumentação de que não existe previsão legal específica para provisões mínimas de uniformes, insumos e EPIs em contratos de licitação, podemos analisar os seguintes pontos:

1. Inexistência de Previsão Específica na Lei de Licitações

A Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos no Brasil, não possui uma previsão expressa que obrigue a inclusão de provisões mínimas específicas para uniformes, insumos e EPIs nos contratos. A legislação foca nos princípios gerais



de economicidade, eficiência, e na obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

2. Custos Variáveis e Estrutura Organizacional

Os custos com uniformes, insumos e EPIs são variáveis e dependem da estrutura organizacional e das políticas internas de cada empresa. Isso significa que, durante a formulação das propostas, as empresas têm a liberdade de incluir esses custos conforme suas próprias realidades operacionais. A administração pública deve avaliar as propostas considerando a conformidade com as especificações do edital e a viabilidade econômica.

3. Normas de Segurança e Saúde do Trabalho

Embora as Normas Regulamentadoras (NRs), especialmente a NR 6, estabeleçam que os empregadores devem fornecer EPIs aos trabalhadores, essas normas são aplicáveis no contexto de relações trabalhistas e não constituem uma exigência específica nas regras de licitação. O cumprimento dessas normas é responsabilidade das empresas contratadas e não um requisito a ser previsto de forma detalhada no edital de licitação.

4. Renúncia de Materiais e Instalações

A renúncia aos materiais e instalações de propriedade da empresa contratada pode ser permitida desde que tal renúncia não comprometa a execução do contrato. Essa flexibilidade deve ser avaliada caso a caso, conforme os termos do contrato e a legislação aplicável. A administração pública deve garantir que a execução do serviço ou obra não seja prejudicada pela renúncia dos materiais e instalações.



Para fortalecer a argumentação de que não há previsão legal específica para provisões mínimas de uniformes, insumos e EPIs em contratos de licitação, é importante buscar decisões e pareceres de tribunais e órgãos de controle que abordem esse tema.

Aqui estão alguns exemplos de decisões e posicionamentos relevantes:

ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS. PREÇO UNITÁRIO. EDITAL ACIMA DO ESTIPULADO. **PREÇO GLOBAL AQUÉM DA EMPRESA VENCEDORA. DESCLASSIFICAÇÃO AFASTADA.** REMESSA NECESSÁRIA IMPROCEDENTE. 1. A exigência de planilha com a definição dos preços unitários não conduziria a desclassificar a proposta que, tendo o preço global nos limites da estimativa do mercado, possua algum de seus itens internos em valor acima da média de mercado de vez que esta definição interna de custos dentro da planilha integraria a liberdade de gestão econômica do preço por parte da empresa licitante. 2. Ademais, embora existindo pequeno sobrepreço em um dos itens da planilha do licitante, se o preço global do licitante, após o certame licitatório, estiver nos lindes do preço estimado pela Administração, incontestemente não somente a ausência de dano ao erário bem como a existência de economia no preço do contrato quando analisado como um todo. 3. Remessa Necessária julgada improcedente.

(TJ-AC - Remessa Necessária Cível: 0700788-44.2020.8.01.0009 Senador Guimard, Relator: Des^a. Eva Evangelista, Data de Julgamento: 31/08/2022, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2022

REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE CAUTELAR. PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE LIMPEZA,



CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO PREDIAL. COMPROVAÇÃO DE QUE A RECUSA DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO DECORREU DE DESATENDIMENTO DE DISPOSIÇÕES DO EDITAL. CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DA REPRESENTANTE. NECESSIDADE DE JUSTIFICAR A VANTAJOSIDADE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL, EM FACE DE OCORRÊNCIAS OBSERVADAS NO PROCESSAMENTO DO CERTAME. CIÊNCIA. 1. É vedado à Administração fixar nos editais de licitação percentuais, ainda que mínimos, para encargos sociais e trabalhistas ou efetuar ingerências na formação de preços privados por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais. 2. A Administração não está vinculada ao cumprimento de cláusulas de convenções coletivas de trabalho, excetuadas as alusivas às obrigações trabalhistas. 3. A inexecução de valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços e erros no preenchimento dessa planilha não caracterizam motivo suficiente para a desclassificação de proposta, desde que o preço ofertado seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação e que não haja infringência às exigências legais.

(TCU - RP: 01872620194, Relator: ANA ARRAES, Data de Julgamento: 04/12/2019, Plenário)

2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF)

Recurso Extraordinário 760.931 - STF: Embora este caso trate da responsabilidade subsidiária da administração pública em relação aos débitos trabalhistas de empresas contratadas, a decisão reitera que as obrigações trabalhistas e de fornecimento de EPIs são de responsabilidade das empresas contratadas e não da administração pública.



NR 6 - Equipamento de Proteção Individual (EPI):

Embora a NR 6 estabeleça a obrigatoriedade de fornecimento de EPIs pelos empregadores, essa norma é aplicável no âmbito das relações trabalhistas e não impõe requisitos específicos para licitações. A administração pública deve verificar o cumprimento dessas normas durante a execução do contrato, mas não há previsão legal para exigir provisões mínimas no edital.

Essas decisões e pareceres demonstram que, enquanto as obrigações trabalhistas e de fornecimento de EPIs devem ser cumpridas pelas empresas contratadas, não há previsão legal específica na Lei de Licitações ou em outras normativas que obrigue a inclusão de provisões mínimas para uniformes, insumos e EPIs nos contratos administrativos.

Esses precedentes reforçam a importância de uma orçamentação alinhada à estratégia real da empresa e ao cumprimento das normas de segurança, sem prejudicar a competitividade do processo licitatório. Isso assegura a melhor oferta para a administração pública e a segurança dos trabalhadores envolvidos.

Apresentamos os orçamentos devidamente assinados, comprovando a veracidade dos documentos. Quanto aos insumos, reiteramos que possuímos negociações vantajosas com alguns fornecedores, o que nos permite oferecer valores competitivos sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Declaramos expressamente que cumprimos integralmente todas as obrigações legais, incluindo as trabalhistas, tributárias e contratuais, garantindo a oferta de EPIs e uniformes para todos os funcionários durante toda a vigência do contrato.

Insta salientar que inexistente grupo econômico com a empresa que forneceu os orçamentos. A SERLIMP é uma empresa independente que atua como fornecedora da ÁGIL LTDA., não havendo qualquer tipo de ingerência ou controle por parte da ÁGIL sobre as atividades internas da SERLIMP. A relação existente é meramente comercial, voltada para a aquisição de insumos necessários à execução dos serviços propostos.

Embora haja uma sócia em comum entre as duas empresas, a mera coincidência de sócios não configura, por si só, a existência de grupo econômico. Para a caracterização de grupo econômico, conforme entendimento consolidado no Tribunal



Superior do Trabalho (TST), é necessária a comprovação de controle e direção conjunta entre as empresas, o que não ocorre no presente caso (Art. 2º, §2º da CLT). O simples fato de uma sócia integrar o quadro societário de ambas as empresas, não implica, necessariamente, em controle ou direção comum.

Em relação ao valor ofertado, anexamos documento que demonstra a garantia de oferta de EPIs e uniformes, detalhando os custos envolvidos e comprovando nossa capacidade de atender a todas as exigências contratuais. Entendemos a preocupação expressa na análise prévia e asseguramos que nossa empresa tem todas as condições necessárias para executar o contrato de maneira eficiente e responsável. Estamos comprometidos com a excelência e a transparência, sempre respeitando os princípios legais e administrativos que regem as licitações públicas.

Reiteramos que a margem de lucro, embora modesta, é fruto de uma gestão financeira eficiente e de negociações vantajosas, que de forma alguma comprometem a execução dos serviços contratados.

A atribuição de custos indiretos e lucros deve ser realizada pelo próprio proponente, conforme destaca o TCU, considerando suas especificidades operacionais. Esse entendimento foi reafirmado em julgados como o Acórdão nº 2622/2013-Plenário, que enfatiza a necessidade de a proponente ajustar o BDI às suas condições particulares, garantindo a viabilidade e a sustentabilidade econômica da execução contratual.

Adicionalmente, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também sustenta esse entendimento, destacando a autonomia das empresas para definir seus custos indiretos dentro dos parâmetros estabelecidos pelo edital e pela legislação aplicável. No Recurso Especial nº 1.215.188/RS, o STJ reiterou que a responsabilidade pelos custos indiretos recai inteiramente sobre a proponente, que deve utilizar suas estratégias e experiências para assegurar a plena execução do contrato administrativo.

Compreendemos a preocupação manifestada e asseguramos que nossa empresa está totalmente capacitada para executar o contrato de forma eficiente e responsável. Estamos comprometidos com a excelência e a transparência, sempre agindo em conformidade com os princípios legais e administrativos que regem as licitações públicas.



Portanto, a administração pública deve avaliar as propostas considerando os princípios da economicidade e eficiência, mas respeitando a autonomia das empresas na definição de seus custos operacionais.

IV. DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um INTERESSE PÚBLICO, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de igualdade, para que seja possível a obtenção da proposta mais vantajosa.

Já no teor da Nova Lei de licitações, a redação é clara:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

Diante de todos os fatos apresentados é evidente que a manutenção da Recorrente no certame licitatório, atende ao princípio da isonomia, e a sua desclassificação baseada em lei revogada, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento



funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

Cumpre destacar que a desclassificação da Requerente do certamente não condiz com os ditames legais, pois ofereceu uma proposta condizente com os termos do edital, a decisão do pregoeiro deve ser cuidadosamente revisada, considerando a nova legislação de licitação, decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e da Justiça Federal.

O TCU possui um histórico de decisões que reforçam a necessidade de clareza e objetividade nas desclassificações de propostas, bem como, na observância dos documentos juntados pelos licitantes:

Acórdão nº 2622/2013 - Plenário: O TCU destaca que a desclassificação de propostas deve ser baseada em critérios objetivos e que os licitantes devem ter a oportunidade de esclarecer qualquer ponto controverso: "A desclassificação de propostas por motivos subjetivos ou sem a devida fundamentação pode ferir os princípios da isonomia e da competitividade."

Ainda, o TCU coaduna-se com as Decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

REsp 1.145.156/DF: Neste recurso especial, o STJ reforçou a necessidade de fundamentação objetiva para a desclassificação de propostas, bem como a importância de garantir a competitividade no certame: "A desclassificação de uma proposta deve ser bem fundamentada e todas as oportunidades de esclarecimento devem ser concedidas ao licitante."



Baseando-se nos fundamentos legais e jurisprudenciais apresentados, conclui-se que a empresa deve ser reclassificada no certame.

A desclassificação da recorrente não merece prosperar pois desclassificar a proposta da empresa, após o cumprimento de todas as solicitações, fere os princípios da isonomia, competitividade e ampla defesa previstos na nova legislação de licitações.

V. ANTE AO EXPOSTO, REQUER-SE

- o recebimento do presente Recurso, devendo ser julgado totalmente procedente Recurso administrativo;
- Solicitamos a classificação, habilitação, adjudicação e homologação da empresa AGIL LTD.

Nestes termos, pede deferimento.

Itajaí/SC, 02 de setembro de 2024.

 **AGIL SERVIÇOS**

CAIO XIMENES CHAVES KOZAN DE ALMEIDA
OAB/PR 109/492
Departamento Jurídico
AGIL LTDA

CAIO
XIMENES
CHAVES
KOZAN DE
ALMEIDA


Assinado de forma digital por CAIO XIMENES CHAVES KOZAN DE ALMEIDA
Dados: 2024.09.02 18:31:40 -03'00'

GIZELLY LIMA MAVIGNO
OAB/PE 58.840
Departamento Jurídico
AGIL LTDA

GIZELLY
LIMA
MAVIGNO

Assinado digitalmente por GIZELLY LIMA MAVIGNO
ID: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC VALID BRASIL v5, OU=Pessoa Física A3, OU=VALID, OU=Presencial, OU=0711265000120, CN=GIZELLY LIMA MAVIGNO
Razão: Eu revisei este documento
Localização: OAB/PE 58.840
Data: 2024.09.02 18:22:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0

EDUARDA FREDERICO PANTAROTO
BACHAREL EM DIREITO
Departamento Jurídico

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDA FREDERICO PANTAROTO**
Data: 02/09/2024 18:34:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



AGIL LTDA - ÁGIL SERVIÇOS

CNPJ nº 26.427.482/0001-54

AGIL LTDA



| AGIL SERVIÇOS



| AGIL SERVIÇOS

Documento Digitalizado Público

Recurso da empresa Agil - data 02/09/2024

Assunto: Recurso da empresa Agil - data 02/09/2024
Assinado por: Fabio Reis
Tipo do Documento: Documento simples
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Fabio Henrique Vale dos Reis, COORDENADOR(A) - FG0002 - COCOMP/CNAT**, em 09/09/2024 19:14:12.

Este documento foi armazenado no SUAP em 09/09/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1896533
Código de Autenticação: af02c1e173

